

Curso C-PEM/92

Partido -

Solução do P-III-4 (MO) MONOGRAFIA

Apresentada por

JOÃO ALBERTO SANT'ANNA SAMPAIO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

1992

20



-A ORDEM INTERNACIONAL-

JOÃO ALBERTO SANT'ANNA SAMPAIO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1992



GN-00010144-9

Prezado Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

TEMA: A ORDEM INTERNACIONAL

Tópicos a abordar: Antecedentes: a "Perestroika", a "Glasnost" e o fracasso do "Socialismo Real";

O declínio do sistema bipolar de poder: a democratização do Leste europeu, o fim do Pacto de Varsóvia, a unificação da Alemanha, o crescimento econômico e militar do Japão, o fim da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI);

OTAN: aspectos prospectivos;

O Terceiro Mundo no novo cenário internacional; e

O Brasil e o Primeiro Mundo.

PROPOSIÇÃO: Estudar A Ordem Internacional decorrente das mudanças políticas sucedidas durante a década de oitenta até os dias atuais, enfocando o fracasso do "Socialismo Real". Explicar o declínio do sistema bipolar de poder, a bordando suas principais circunstâncias. Inquirir sobre aspectos prospectivos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Interpretar a



situação do Terceiro Mundo e a do Brasil, em particular, no novo contexto internacional, em face do quadro apresentado.

ÍNDICE

FOLHA

Introdução.....	V
CAPÍTULO 1 - AS REFORMAS NA UNIÃO SOVIÉTICA: DA ASCEN- SÃO DE GORBACHEV À ATUALIDADE.....	1
A "glasnost".....	2
A "perestroika".....	3
O desmantelamento da URSS e o advento da CEI.....	7
O fracasso do socialismo real.....	11
CAPÍTULO 2 - A BIPOLARIDADE EM DECLÍNIO.....	14
Antecedentes.....	14
As mudanças no Leste europeu.....	15
O crescimento econômico e militar do Ja- pão.....	19
CAPÍTULO 3 - A OTAN:ASPECTOS PROSPECTIVOS.....	26
Os primórdios.....	26
Desempenho recente.....	27
Reorientações futuras.....	29
CAPÍTULO 4 - O TERCEIRO MUNDO NO NOVO CENÁRIO INTERNA- CIONAL.....	37
Considerações iniciais.....	37
O atual relacionamento entre o Primeiro e o Terceiro Mundo.....	40
O Brasil e o Primeiro Mundo.....	45
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

INTRODUÇÃO

Ao atingir o umbral de um novo século, o mundo passa por transformações radicais nos campos político-estratégico, econômico e científico-tecnológico. Os últimos quatro anos foram assinalados por acontecimentos, cuja importância justificaria o início de uma nova era. Nem sempre o tempo astronômico coincidiu com o tempo histórico. Assim, o atual século retardou-se na sua alvorada, se considerarmos que não ocorreu em 1901, mas em 1914, com a eclosão da Grande Guerra. Em contraste com o seu nascimento, o século XX parece antecipar o seu ocaso em termos históricos, caracterizando-se como um século "curto", porém pleno de acontecimentos, destacando-se: os conflitos globais, as revoluções sociais, os genocídios, os totalitarismos, o aparecimento de armas nucleares, a projeção do homem em direção às fronteiras extraterrestres, a revolução científica-tecnológica, os problemas ecológicos e a derrocada de doutrinas políticas, dentre outros.

Atualmente, o mundo tenta definir novos parâmetros para o inter-relacionamento entre as nações, mercê de fatos recém-acontecidos, que reorientaram o eixo dos embates, no campo internacional, da direção Leste-Oeste, para a direção Norte-Sul.

Essa guinada provoca perplexidades e reflete as dificuldades das lideranças políticas mundiais em assumirem rumos para o trato das novas questões internas e externas de seus países, em relação à conjuntura internacional.

Vislumbra-se uma ordem mundial diferente, a partir da implosão da superpotência militar soviética, mas, é mister não esquecer que, em tempos pretéritos, situações semelhantes ocorreram e julgamentos apressados redundaram em retumbantes equívocos.

Não seria temerário, num momento de tamanha incerteza, perscrutar sobre o quadro mundial? Para tentar encontrar uma resposta à indagação, um bom artifício é olhar para trás, para o ano de 1985, quando começaram na União Soviética as surpreendentes mudanças que abalariam o mundo.

Este trabalho pretende estudar a ordem internacional em gestação, fruto das transformações políticas sucedidas nos tempos recentes; explicar o declínio do sistema bipolar de poder; questionar o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e interpretar a situação do Terceiro Mundo no novo cenário. Ao final, procura-se identificar as principais e recentes variáveis em jogo, que influenciam o soerguimento da ordem internacional.

A atualidade do tema direcionou a pesquisa para fontes bibliográficas recém-publicadas, tendo-se encerrado a coleta de dados no início do mês de julho do corrente.

O método de abordagem foi, tanto quanto possível, o da compartimentação, devido à complexidade, diversidade e extensão do tema proposto.

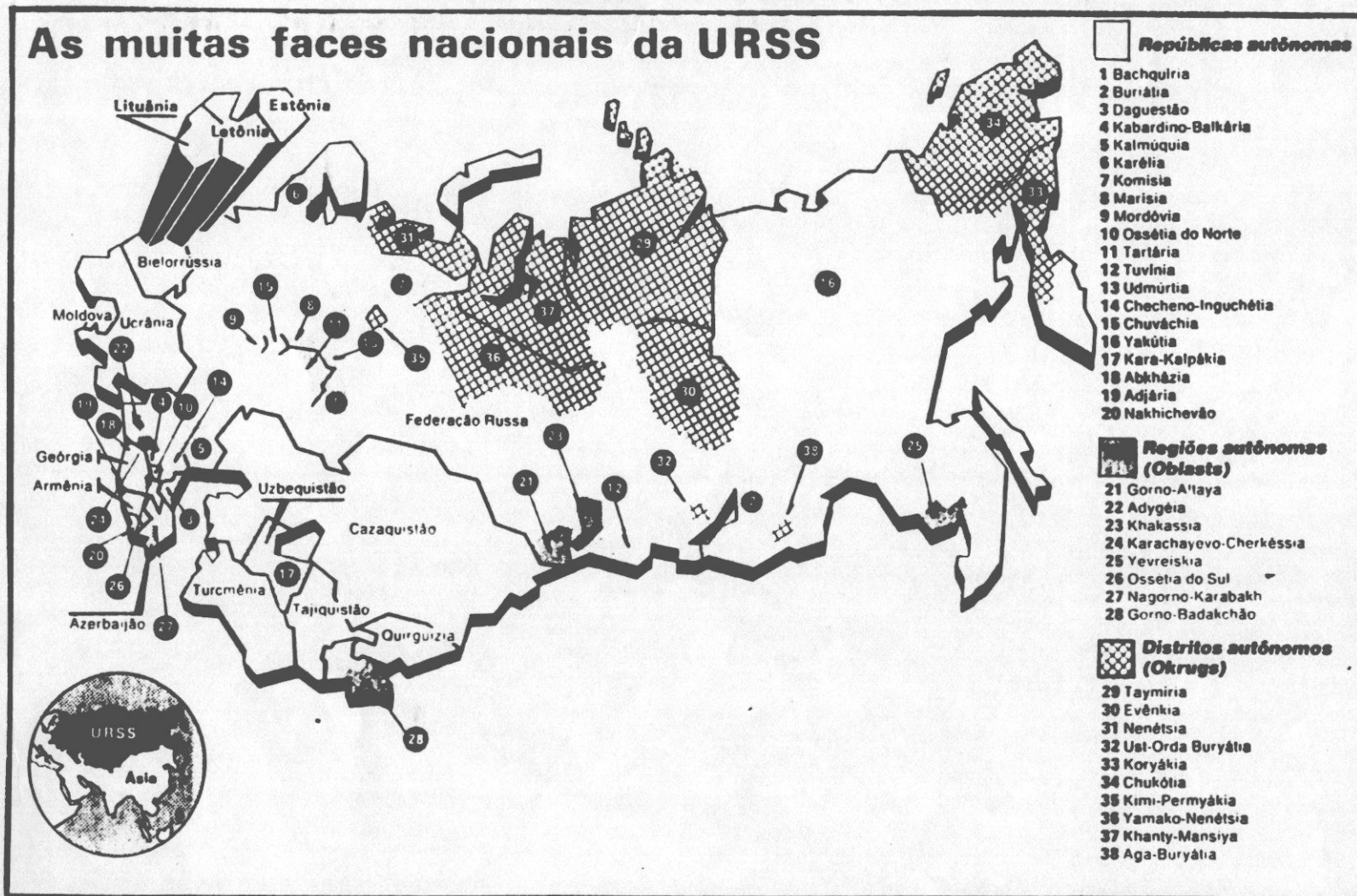
CAPÍTULO 1

AS REFORMAS NA UNIÃO SOVIÉTICA: DA ASCENSÃO DE GORBACHEV À ATUALIDADE

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pioneira do socialismo, era a versão moderna dos impérios à moda antiga — como o Austro-Húngaro e o Otomano — onde se agrupavam diversas nacionalidades, distintos idiomas e terras distantes, conforme mostrado na figura nº1. Vitoriosa na Segunda Guerra Mundial (IIGM), a URSS pontificou no cenário mundial desde a conferência de Yalta (1945), em franca oposição aos Estados Unidos da América (EUA), ao divergir sobre a partilha territorial pós-guerra, sobre a delimitação de áreas de influência, além de praticar um exacerbado antagonismo político-ideológico contra o capitalismo.

Mihail Gorbachev, o grande artífice das reformas na URSS, apareceu de maneira convencional dentro da burocracia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), tendo exercido cargo de confiança nos períodos Brejnev, Andropov, seu mentor, e Chernenko, quando ficou conhecido como o "segundo" Secretário-Geral. Em meio a duas breves sucessões de líderes idosos e doentes, foi natural a ascensão de Gorbachev à liderança da URSS, em março de 1985. Sua candidatura apresentou-se como a de um homem capaz de extinguir a ineficiente "gerontocracia", pois tratava-se de figura jovem (54 anos), simpática, saudável e apta a conduzir os destinos da URSS até o limiar do Século XXI.

As muitas faces nacionais da URSS



Fonte: Jornal do Brasil, 22 set. 1991

Fig. nº 1

Gorbachev, desde os primeiros momentos da sua posse, demonstrou claramente sua intenção de transformar profundamente as arraigadas estruturas do poder soviético, nos campos interno e externo, tudo dentro de um ritmo avassalador, mediante a aplicação da "glasnost", da "perestroika" e do novo pensamento.

A "glasnost" - Significa transparência, a abertura na discussão das questões públicas, estando intimamente associada à democratização da sociedade, às liberdades individuais e à livre manifestação do pensamento político. O grande poder da "glasnost" estava no campo dos gestos e das palavras de Gorbachev, que, em essência, mostrava à sociedade a realidade dos fatos, sem distorções pré-concebidas. A "glasnost" tornou-se uma norma no modo de vida soviético, pois nenhuma mudança radical é possível sem ela, intimamente interligada com a democracia e o socialismo (22:88). O projeto da "glasnost" começou a se desenvolver a partir de fevereiro de 1986, mediante a implementação de atos que permitiram a liberdade de imprensa, a autonomia de movimentos culturais, além do questionamento de temas antes considerados tabus. O acidente nuclear de Chernobyl (1986) demonstrou de forma cabal que a "glasnost" entrara em uma fase irreversível. A própria imprensa soviética censurou as notícias sobre o episódio, sendo duramente criticada por Gorbachev. A partir desse evento, a transparência passa a ser aplicada na coleta e na divulgação de informações de fatos ocorridos na sociedade soviética, fossem eles positi

vos ou negativos. A liberdade de imprensa proporcionou à sociedade tomar conhecimento de problemas que estavam anes^{ti}esiados na URSS, em especial as manifestações nacionalistas e as dissidências políticas internas. O comportamento social é também influenciado pela "glasnost", ao ser intensamente combatido o vício generalizado do alcoolismo, que acarretava índices elevados de absenteísmo ao trabalho.

Sempre inspirados por Gorbachev, grupos reformistas, em outubro de 1989, propuseram um pacote de medidas políticas liberalizantes, que consistiam em: conceder o direito às repúblicas de estabelecerem a forma de escolha de seus presidentes; suprimir cadeiras cativas reservadas no Parlamento ao PCUS; e a formação de novos partidos políticos. Essa última proposta, após sua aprovação, quebrou o monopólio do partido único, atribuído ao PCUS, significando politicamente o início do esfacelamento da doutrina vigente, que se baseava em "um só partido, um só poder" (9:115).

A "perestroika" - Exprime a reestruturação e as profundas mudanças que Gorbachev adotou nas relações econômicas da URSS. Ao lançá-la, Gorbachev tomou várias iniciativas no relacionamento internacional da URSS, procurando correlacionar sua política exterior com as mudanças econômicas internas. Logo no início de seu mandato, em julho de 1985, substituiu o Ministro das Relações Exteriores da URSS, Andrey Gromyko, entronizado há vinte e oito anos no cargo. Em seu lugar é nomeado Eduard Shevardnadze, aplicado líder do PCUS na província, mas com pouca experiência anterior na

área de relações internacionais, deixando antever que o no vo Ministro seria um fiel executor da política externa for mulada pelo próprio Gorbachev. Com base no "novo pensamen- to", e nas "novas idéias para o meu país e o mundo" (22:155), a política externa buscou alcançar dois objetivos: rever- ter o quadro crítico das relações com os EUA e efetivar a aproximação político-econômica com a Comunidade Econômica Européia (CEE). O primeiro objetivo proporcionaria à URSS a redução de gastos com a corrida armamentista e o redire- cionamento desses recursos para a modernização de sua eco- nomia. O segundo objetivo é explicitado por Gorbachev ao se referir à "construção do lar comum europeu" (22:240), prenúncio do rompimento da Cortina de Ferro, sugerindo um grau de integração entre os Estados europeus pertencentes a sistemas sociais diferentes e alianças políti- co-militares opostas. Sucede também a descaracterização da postura "anti-imperialista", tão em voga nos períodos ante- riores à era Gorbachev, ao "não mais alimentar quaisquer a- nimosidades em relação aos interesses ocidentais" (22:209). As dificuldades econômicas internas e externas não mais re- comendavam o envolvimento, direto ou indireto, da URSS em conflitos de baixa intensidade, tão comuns no Terceiro Mun- do, comprovado pelo início da retirada de suas tropas do A- feganistão, a partir de outubro de 1986, e pela redução no apoio a movimentos esquerdistas em países da África e da América Latina.

Internamente, os primeiros movimentos da "perestroika" são assinalados pela sintonia com a "glasnost", seu braço

político. Ao promulgar o Plano Quinquenal (1986-1990), Gorbachev evidencia os traços de reformismo que a "perestroika" incorporava. As novidades desse Plano diziam respeito à adoção de medidas descentralizadoras e a recomendação de ampliar as relações comerciais com países capitalistas, admitindo a constituição de empresas mistas ("joint-ventures"), com a participação de capital estrangeiro. Gradativamente, novos conceitos econômicos são permitidos, como: o trabalho a título individual; empreendimentos em cooperativas; e o uso da autogestão e do autofinanciamento em diversas empresas.

Com o transcorrer dos anos, entretanto, agravaram-se os problemas econômicos na URSS, devido à ocorrência de elevados índices de desemprego, de baixa produtividade, de fortes pressões inflacionárias e de baixos índices de crescimento econômico, não obtendo êxito, assim, as primeiras tentativas da "perestroika". Alarmada com o fracasso econômico e temendo suas consequências no campo político, ao final de 1989, a liderança soviética aprofundou a reforma econômica, decretando medidas de emergência para enfrentar a crise. É nessa etapa que são efetivamente adotadas políticas que anteriormente não foram aceitas, porque significavam a "negação do socialismo". A medida mais contundente foi a Lei Sobre a Propriedade, que ao introduzir o conceito de "propriedade coletiva", deu início ao processo de desestatização da economia (15:210).

Certas peculiaridades da economia soviética contribuíram para o insucesso da "perestroika", pois impediam a sua

integração com o mundo capitalista. Referimo-nos à proibição de investimentos diretos de empresas capitalistas na economia da URSS e a inconvertibilidade do rublo. Apesar da tentativa de superação interna desses óbices, não houve sucesso, porque o esperado fluxo de capitais estrangeiros para a URSS foi insignificante e a convertibilidade da moeda ficou dependente da aceitação da URSS em vários organismos econômicos internacionais, em especial aos relacionados ao comércio mundial, às finanças e ao mercado mundial (15:214).

Em julho de 1991, convidado excepcionalmente a participar da reunião do Grupo dos Sete (G-7), em Londres, Gorbachev solicitou créditos que poderiam salvar sua economia da bancarrota. Porém, a reação dos seus interlocutores não foi animadora, condicionando a ajuda financeira a uma reformulação radical da economia soviética que a transformasse numa autêntica economia de mercado.

A política interna, no transcorrer de 1991, apresentou sérios problemas, devido ao acirramento dos conflitos étnicos e à eclosão de movimentos grevistas dos mineiros de carvão. Bóris Yeltsin, o ultra-reformista, colocou-se em franca oposição a Gorbachev, questionando quanto ao ritmo das reformas e surge como efetiva liderança no plano nacional, respaldado pela vitória esmagadora em eleição direta para a presidência da Federação Russa.

Configurou-se o impasse produzido pela "perestroika", que não superou a estagnação econômica, ao contrário da "glasnost" que propiciou as reformas políticas e a livre

manifestação da sociedade. A "perestroika", inicialmente encarada como uma reforma, começou a mostrar sua face revolucionária, que redundaria na dissolução da URSS e no advento da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

O desmantelamento da URSS e o advento da CEI - O fracasso da "perestroika" foi o catalisador que desencadeou inúmeras ações e reações contraditórias, escapando ao controle da liderança soviética e culminando com o caos político e social na URSS. Os ingredientes estavam todos disponíveis: nacionalismos em efervescência, grave crise econômica, militares descontentes e Gorbachev tentando se equilibrar entre os "ultraperestroikistas", comandados por Yeltsin, e a minoria conservadora remanescente no poder.

A crise econômica desemboca em uma crise política, por causa da falsa concepção de que soluções puramente técnicas seriam capazes de resolver os problemas econômicos. A transição para a economia de mercado estabeleceu uma disputa entre as repúblicas pela distribuição e controle dos reursos financeiros, tendo como pano de fundo o crescente problema das nacionalidades. As repúblicas intensificaram suas reivindicações de caráter econômico à União, desarticulando a combalida economia soviética. O governo central passou a perder legitimidade e credibilidade, mercê do malogro da expectativa inicial na elevação do nível de vida da sociedade, começando a faltar-lhe a força política necessária para impor à população sacrifícios adicionais, que forçosamente estariam no bojo de novos planos econômi-

cos.

Os militares encontravam-se há muito tempo contrariados com a política externa de Gorbachev, que resultou na revogação da doutrina geopolítica soviética, representada pelo ocaso do Pacto de Varsóvia e pela desmobilização do Exército Vermelho do Leste europeu, em especial da Alemanha Oriental.

O poder de Gorbachev estava seriamente comprometido e começava a se esvair, em meio a esse quadro de dificuldades de toda ordem. Iniciou-se a articulação de um movimento golpista, estruturado na cúpula do Estado e das Forças Armadas, para o afastamento de Gorbachev, com o propósito de resgatar o papel de potência da URSS e impedir o desmembramento da União. Em 19 de agosto de 1991, a agência oficial de notícias da URSS, "Tass", anunciou ao mundo a substituição de Gorbachev, "por motivos de saúde", passando o poder a ser exercido por um Comitê de Emergência do Estado, presidido por Gennady Yanayev, o Vice-Presidente. Coincidentemente, estava previsto para o dia seguinte a assinatura do Tratado da União, que concederia ampla autonomia às repúblicas soviéticas, transformando a URSS na União das Repúblicas Soviéticas Soberanas. Yeltsin comandou a reação ao golpe, contando com amplo apoio popular, e empunhou as bandeiras da "democracia" e da "legalidade", tendo, ao conseguir o apoio de massas, preparado o seu próprio golpe. No confuso quadro estabelecido, Gorbachev regressou à Moscou, em 22 de agosto e reassumiu o poder, agora "auxiliado" por Yeltsin, que se encontrava em grande ascensão.

Seguiu-se uma ampla campanha de "caça às bruxas" do PCUS e começou-se a discutir uma nova forma de governo. A URSS já se encontrava praticamente desmembrada pelas declarações unilaterais de independência da Ucrânia, Moldávia, Geórgia, Bielorrússia e Repúblicas Bálticas, todas reconhecidas pela Federação Russa. Como última tentativa de evitar o desmembramento da URSS, Gorbachev submeteu às repúblicas um novo Tratado da União que criaria a União de Estados Soberanos, concedendo o direito de escolher independentemente a forma de participação na União, mediante federação renovada, participação associada ou ainda como membro observador. Entretanto, as ações mais ágeis adotadas por Yeltsin prevaleceram sobre as iniciativas de Gorbachev. Em dezembro de 1991, Yeltsin propôs formalmente a criação da CEI, inspirado na CEE, onde houvesse não um governo central, mas uma associação livre e igualitária entre membros soberanos. Vencedora a proposta de Yeltsin, Gorbachev passou a presidir um país que não mais existia, restando-lhe unicamente a renúncia em 25 de dezembro de 1991.

Tendo como embrião inicial o Acordo de Minsk, firmado pela Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, a CEI sucede a URSS, obtendo em 21 de dezembro de 1991 a adesão, em Alma Ata, capital do Cazaquistão, das outras ex-repúblicas soviéticas, com exceção da Geórgia e dos três países bálticos independentes, Estônia, Lituânia e Letônia (2:737). A CEI, cuja origem é eslava, foi um claro ultimato dado por Yeltsin, às outras repúblicas, para aceitarem sua liderança, sob pena de ficarem isoladas.

O colapso da URSS e o conseqüente advento da CEI traz a questão das nacionalidades reprimidas, espalhadas no interior do antigo território soviético. Há temor de que essas identidades contidas, durante tanto tempo, possam evoluir para tiranias nacionalistas. Outro problema que causa grande inquietação é a ameaça de revisão das fronteiras internas, muitas das quais nunca foram demarcadas com precisão, pois as repúblicas pertenciam a um mesmo país. A figura nº 2 mostra seis regiões da antiga URSS onde grassam litígios internos.

O destino do arsenal nuclear da ex-URSS tornou-se um pesadelo para o Ocidente, tendo sido acordado, em princípio, que o controle do armamento estratégico está sob a responsabilidade do Presidente da Federação Russa. Persistem dúvidas, contudo, no tocante ao controle das armas nucleares táticas. Os efetivos e os meios das Forças Armadas da ex-URSS encontram-se em fase de intensa reorganização, havendo uma tendência de se criar um sistema coletivo de defesa, sob a égide da CEI.

Em junho último, onze Chefes de Estado e de Governo, de países situados nos Balcãs e no Cáucaso, assinaram um acordo que fundou a Cooperação Econômica do Mar Negro, cuja composição está mostrada na figura nº 3. Trata-se de importante iniciativa nos campos político e econômico, envolvendo cinco repúblicas da CEI e países pertencentes a outros organismos da Europa, o que demonstra o interesse dos países signatários, na busca de solução pacífica das controvérsias regionais.

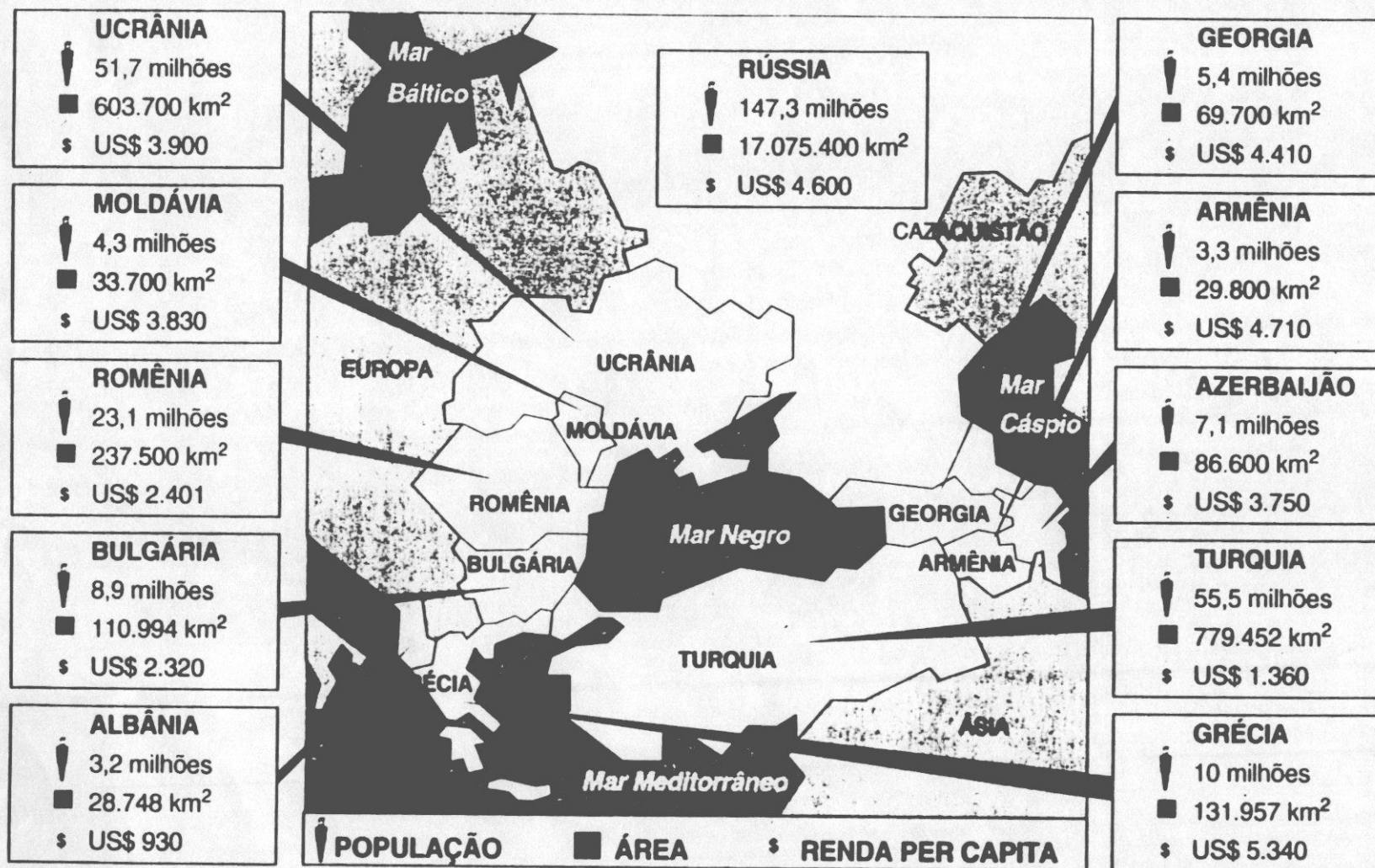
Conflitos em seis regiões da antiga URSS



Fonte: O Globo, 22/maio/1992

Fig. nº 2

A união de onze repúblicas



Fonte: O Globo, 25/jun/1992

Fig. nº 3

A decadência do socialismo real - O socialismo surgiu em 1848 com a publicação do Manifesto Comunista; assumiu o poder na Rússia em 1917; estendeu-se ao Leste Europeu, após a IIGM, pela força das armas; e, simbolicamente, iniciou sua derrocada em 9 de novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim. Mais recentemente, prossegue sua célere de cadência após a dissolução da URSS, em dezembro de 1991.

Marx e Engels, na formulação da doutrina socialista, descreveram seu processo evolutivo, que deveria passar pelas fases do feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo (43:20). Desde os seus primórdios, o socialismo é a Verdade, que deveria levar a um modo de produção superior. Apenas uma classe, o proletariado mundial, teria a capacidade necessária para a liberação das forças produtivas, em oposição ao Estado burguês. Para proporcionar a " consciência revolucionária" à classe operária, o instrumento era o partido, seu porta-voz, que proclamava o humanismo do socialismo. Mas, com a tomada do poder em 1917, o partido se transforma em Estado e vice-versa, passando a existir uma grande diferença entre o socialismo apregoado pelos teóricos e o socialismo posto em prática, devido à perda do caráter missionário e redentor com que era inicialmente identificado.

Em verdade, o mundo socialista atrasou-se e estagnou-se; o burocratismo, a perda de fervor revolucionário, sua não aceitação pela juventude, a corrupção das camadas dirigentes, a ausência de democracia autêntica e o divórcio com o proletariado levaram a URSS aos caminhos da "glasnost" e

da "perestroika" e, de roldão, os países do Leste europeu, na tentativa de corrigir as distorções do sistema. No campo econômico as medidas adotadas pela "perestroika" muito se assemelharam à Nova Política Econômica (NEP), posta em prática por Lênin, em 1921. Contudo, as reformas trouxeram mais liberdade à sociedade e certa descentralização no processo decisório, contrariando princípios basilares do partido único.

Os acontecimentos de agosto de 1991, na URSS, demonstraram que o regime estava sem apoio popular, tinha sua economia esfacelada e que se sustentava graças ao totalitarismo mantido pela aliança entre a burocracia, a polícia política e o estamento militar. Por isso, os dogmas marxistas foram contestados e estátuas foram derrubadas, ruas e cidades tiveram seus nomes mudados, tudo ante o júbilo da população.

Entretanto, os socialistas remanescentes alegam que não pode morrer um sistema sócio-econômico que jamais chegou a existir na verdadeira concepção marxista, pois o Socialismo Real era burocratizado, limitado e fraco no matiz ideológico, ao contrário do Socialismo Científico ou Revolucionário, o verdadeiro, praticado pelas massas trabalhadoras, pelos cidadãos conscientes e pelos povos em luta.

Mesmo decadente nos dias que correm, seria prematuro a firmar o fim da ideologia socialista, ainda praticada em alguns países, em especial na China, com resultados surpreendentemente favoráveis no campo econômico. A atual decadência do socialismo, ainda não provou a superioridade

do capitalismo; apenas a doutrina socialista, que alegava saber como resgatar a pobreza, as injustiças e as desigualdades sociais não foi derrotada por forças externas, mas surpreendentemente, implodiu por si mesma!

CAPÍTULO 2

A BIPOLARIDADE EM DECLÍNIO

Antecedentes - A entrada da URSS na IIGM, em 1941, trouxe o componente ideológico do socialismo para aquele conflito, até então travado entre países de economias capitalistas. As vitórias militares alcançadas pela URSS sobre os alemães despertaram preocupações entre os aliados, em especial, no tocante às áreas de influência político-estratégicas no pós-guerra. A bomba de Hiroxima, lançada em 1945, contra o Japão já vencido, teria sido a primeira advertência feita pelos norte-americanos contra Stálin e sua política expansionista respaldada no Exército Vermelho, que progredia em todas as frentes (21:167). Foram, assim, lançados os alicerces do desafio que iria se prolongar por quase meio século, entre os países capitalistas e os países socialistas, originando um novo capítulo nas relações internacionais em escala mundial, caracterizado pela bipolaridade manifestada na guerra fria. Cumpriu-se, assim, a previsão, enunciada em 1835 por Alexis de Tocqueville, da divisão do mundo em duas metades, a anglo-americana e a russa (27:100).

A bipolaridade se patenteou em termos rígidos no campo estratégico-militar, mas, sob o aspecto político-econômico a tendência, em geral, sempre foi multipolar, consoante os exemplos a seguir mencionados, ocorridos no período da guerra fria: a descolonização e o não-alinhamento; a autonomia da China; o socialismo independente da Iugoslávia;

as discordâncias da França em relação à defesa do Ocidente; a linha ideológica da Albânia; a ascensão econômica da CEE; a construção do gasoduto siberiano para a Europa Ocidental; e o crescimento econômico do Japão.

As mudanças no Leste europeu - O modo pelo qual o socialismo foi imposto ao Leste europeu foi traumático. Valendo-se da expulsão dos nazistas, executada pelo Exército Vermelho, Stálin impõe, com o apoio de seus tanques, o socialismo à Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e Alemanha Oriental. O partido comunista (PC) só possuía uma sólida base de organização na Tchecoslováquia, Iugoslávia e Albânia. Nesses dois últimos países, a expulsão dos nazistas foi realizada por grupos guerrilheiros locais, sem o auxílio de tropas da URSS, propiciando a adoção ali de uma linha socialista independente de Moscou. Nos demais países mencionados era relativamente fraca a influência do PC junto à sociedade. Desse modo, a criação do bloco socialista foi embasada no poder militar da URSS, caindo, portanto, de um autêntico predomínio político.

A Europa Oriental foi o primeiro campo de prova onde a URSS reagiu contra o capitalismo, que, a pleno vapor, recuperava a Europa Ocidental, por intermédio do Plano Marshall. Excetuando a Polônia, onde uma guerra civil deixou um saldo de cinquenta mil mortos, foi fácil o estabelecimento do regime soviético nesses países, mediante o governo de títeres coniventes com o "stalinismo", que fundamentaram as bases do regime, independente de eleições livres, anseios populares e respaldo do proletariado, como apregoa

va a militância comunista. Desde então, estavam lançadas as sementes que germinariam tempos depois na democratização desses países.

O período de Krushev no comando do PCUS significou certa liberalização, em relação ao Leste europeu. Sob a liderança de Brejnev, a URSS retomou o rígido controle da Europa do Leste, numa tentativa de ressuscitar o "stalinismo" em sua plenitude. Usou o poder militar para impor o monolitismo do bloco comunista contra a Tchecoslováquia (1968), empregando as tropas do Pacto de Varsóvia para reprimir a "Primavera de Praga" e implantou a "doutrina Brejnev", segundo a qual a URSS arrogava-se o direito de, mediante o emprego da força, intervir em qualquer país da Europa Oriental, sempre que o sistema socialista estivesse em perigo. Somente com a posse de Gorbachev, em 1985, é que surgiram as melhores condições para a mudança democrática na Europa do Leste, com o advento da "glasnost" e da "perestroika". O autoritarismo soviético foi substituído pela tolerância e até pelo incentivo ostensivo à liberalização, sob o patrocínio do próprio Gorbachev. Em lugar da "doutrina Brejnev" surge a "doutrina Sinatra", numa alusão ao sucesso musical do cantor Frank Sinatra, "My Way", no qual se exalta o direito de cada pessoa fazer as coisas do seu próprio jeito, sendo o mesmo válido para os Estados, que estariam livres para escolher o seu caminho (9:108). Breve, os ventos liberalizantes, semeados no interior do governo da URSS, chegaram aos países do Leste europeu e, nos moldes da teoria do domínio, derrubou um a um, todos os regimes comunistas, até

nuando a confrontação Leste-Oeste e as alianças geopolíticas bipolares. Em apenas um ano (1989), ditaduras de mais de quarenta anos foram substituídas por regimes que se propõem a instaurar o pluripartidarismo, a independência política e o liberalismo econômico. Resumidamente, vejamos como se sucederam os movimentos liberalizantes nesses países. A Hungria foi a primeira a ensaiar as reformas econômicas, tendo dissolvido em outubro de 1989 o PC, adotado o pluripartidarismo e programado a retirada de suas tropas do Pacto de Varsóvia. A Polônia, com seu povo profundamente católico, sempre se constituiu em uma resistência tenaz ao comunismo. Com a legalização do movimento sindical Solidarnosc, em junho de 1989, foi o primeiro país do Leste europeu a ter um governo que não era dos quadros do P.C. Na Tchecoslováquia, revivendo a "Primavera de Praga", uma onda de protestos derrubou o governo comunista. Na Bulgária, o dirigente comunista, há trinta e cinco anos no poder, renunciou a todos os cargos, assumindo em seu lugar líderes reformistas, numa transição bastante calma. A Romênia foi o único país em que as manifestações desaguaram em um violento processo de repressão, que culminou com a queda da ditadura de Ceausescu e seu fuzilamento no Natal de 1989. A crescente liberalização chegou à Alemanha Oriental, acarretando a fuga em massa de milhares de cidadãos para a República Federal da Alemanha, através das fronteiras liberadas pela Hungria e Polônia com o Oeste. Caso o ritmo de fuga se mantivesse, a Alemanha Oriental perderia quinze por cento de sua população até o final de 1990 (8:105). Erich

Honecker, que durante dezoito anos governou a Alemanha do Leste com mão de ferro, ainda tentou reagir à maré humana que abandonava o lado oriental; entretanto, o próprio Gorbachev, em visita à Berlim Oriental em 6 de outubro de ¹⁹⁸⁹ 1990, assim se manifestou com relação ao êxodo: "Os problemas existem quando um governo não é capaz de se adaptar às exigências de sua época" (4:84). Isolado, Honecker renunciou e o processo seguiu inexorável até a queda do Muro de Berlim, anunciada oficialmente em 9 de novembro de 1989, por iniciativa dos novos dirigentes da Alemanha Oriental. Caiu o símbolo da repartição da Alemanha, da divisão da própria Europa e da ordem criada pelas superpotências pós-IIGM. A queda do muro correspondeu também ao momento em que o Pacto de Varsóvia passou a existir apenas formalmente, sem conteúdo político real. À URSS faltava poder e vontade política de manter o Leste europeu sob o seu controle, o que acelerou o processo do término da aliança militar socialista. A dissolução política do Pacto de Varsóvia foi anunciada em junho de 1990, sendo a estrutura militar desmobilizada formalmente um ano depois.

No início de 1990 deu-se partida ao processo de negociação conhecido como "dois mais quatro", envolvendo as duas Alemanhas mais a França, a Inglaterra, os EUA e a URSS para discutirem a reunificação das Alemanhas. O primeiro passo para a união foi dado com a unidade monetária. Aspectos envolvendo a política exterior foram contornados para a efetivação do Tratado de Reunificação. A fronteira com a Polônia, mediante a assinatura de tratado específico, foi

reconhecida como sendo a linha Oder-Neisse. Deliberou-se também sobre a adesão da Alemanha unificada à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a retirada gradual das tropas soviéticas da ex-Alemanha Oriental.

O estado das economias entre 1989 a 1991, de cinco países do Leste europeu, pode ser visto no quadro nº 1, que mostra a sua grave situação. Com o objetivo de assegurar processos pacíficos de transição econômica, foi criado o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Destarte, o colapso do bloco socialista e a unificação alemã expressaram o verdadeiro "terremoto geopolítico", caracterizado pelo surgimento da nova potência germânica plantada no coração da Europa.

Contudo, o sentimento coletivo inicial de euforia no Leste europeu, diante da ameaça da potência hegemônica (ex URSS), entra em declínio, à medida que se renovam as divisões e as diferenças no interior dessas sociedades, sintetizadas por problemas mostrados na figura nº 4.

O crescimento econômico e militar do Japão - A derrota militar do Japão na IIGM representou também o fim da ascensão do exército na vida política japonesa (militarismo japonês). Ocupado pelos EUA e sob a inspiração do interventor, General MacArthur, reformas radicais foram empreendidas, sobressaindo-se: a reforma agrária, a extinção das indústrias bélicas, o desarmamento, a desmilitarização e a promulgação da Constituição de 1947, que estabeleceu um regime parlamentar, limitando os poderes do Imperador. Os EUA

NÚMEROS DA CRISE NO LESTE

	POLÔNIA			TCHECO- ESLOVÁQUIA			ROMÊNIA		
	1989	1990	1991	1989	1990	1991	1989	1990	1991
Crescimento do PNB (% comparado com o ano anterior)	-0,2	-12	-3,7	1,4	-3,1	-9,8	-9,9	-10,2	-10,0
Crescimento industrial (% comparado com o ano anterior)	-2,5	-28,8	-5,7	1,0	-3,7	-4,5	-2,1	-22,0	-20,0
Exportação (US\$ bilhões)	15,6	18,6	18,6	14,3	13,5	13,7	6,1	3,5	3,2
Importação (US\$ bilhões)	17,4	14,7	18,8	17,1	19,0	16,5	3,8	5,2	3,9
Inflação (%)	251	684	80	1,4	15	40	1,1	27	130
Desemprego (%)	0,3	6,1	7,3	0	1	2,8	0	0	3,6
Taxa de câmbio (Em relação ao dólar)	1.439	9.500	11.392	15	18,2	29	14,5	34,7	60

	HUNGRIA			BULGÁRIA		
	1989	1990	1991	1989	1990	1991
Crescimento do PNB (% comparado com o ano anterior)	-0,2	-3,5	-6,0	-0,4	-11,8	-19,8
Crescimento industrial (% comparado com o ano anterior)	-1,0	-10,0	-12,0	1,1	-10,7	-12,0
Exportação (US\$ bilhões)	10,9	10,8	11,4	7,9	6,4	6,1
Importação (US\$ bilhões)	12,4	12,6	11,3	10,0	8,9	6,5
Inflação (%)	17,5	28,2	36	6,4	26,3	200
Desemprego (%)	0,5	1,6	2,9	0	1,6	2,7
Taxa de câmbio (Em relação ao dólar)	59,1	63,2	75	0,86	2,15	18

Fontes: PlanEcon, OCDE e revista "The Economist" (edição de 21 de setembro de 1991)

O BARRIL DE PÓLVORA EUROPEU

ALEMANHA

Capitais: Berlim e Bonn
Área: 357 mil km²
População: 38 milhões (16,6 orientais)
 Após a queda do Muro de Berlim (9/11/89) e reunificação (3/10/90), a readaptação da economia provocou inflação, demissões de 25 mil pessoas/mês no lado oriental, tensões sociais e incertezas sobre o futuro do novo país

POLÔNIA

Capital: Varsóvia
Área: 312,7 mil km²
População: 38 milhões
 Além da economia ter sido levada à beira do colapso, nem as garantias de Bonn dissiparam o temor de que a Alemanha venha a reclamar territórios perdidos para a Polônia no pós-guerra (além dos rios Oder e Neisse).

TCHECO-ESLOVÁQUIA

Capital: Praga
Área: 127,9 mil km²
População: 16 milhões
 O país se beneficia do desenvolvimento técnico-industrial herdado do império austro-húngaro. Em 1990, o país mudou o nome (antes era Tchecoslováquia), como parte da tentativa de acomodar tensões entre tchecos e eslovacos.



HUNGRIA

Capital: Budapeste
Área: 93 mil km²
População: 10,6 milhões
 Foi, junto com a Polônia, um dos primeiros a iniciar as reformas econômicas, e também a receber o impacto da crise. Mantém litígio com a Romênia sobre a posse da Transilvânia, a nordeste do país

ROMÊNIA

Capital: Bucareste
Área: 237,5 mil km²
População: 23,2 milhões
 O legado da ditadura de Nicolau Ceausescu (1965-89) foi um país miserável, imerso em caos econômico e institucional. O quadro é agravado por distúrbios nacionalistas de étnicos húngaros na Transilvânia.

ALBÂNIA

Capital: Tirana
Área: 28,7 mil km²
População: 3,1 milhões
 Em 1990, o fim do regime implantado por Enver Haxha (1946-85) liberou uma onda de emigração maciça de albaneses para a Itália, muitos deles famintos. Tornou-se, com a Romênia, um dos focos mais instáveis da Europa

IUGOSLÁVIA

Capital: Belgrado
Área: 255,8 mil km²
População: 24 milhões
 As tensões históricas entre sérvios, croatas, eslovenos e albaneses de Kosovo, estimuladas pela morte de Josip Tito (1980), explodiram com o desabamento do socialismo e provocaram guerra civil

BULGÁRIA

Capital: Sófia
Área: 110,9 mil km²
População: 9 milhões
 Era um dos países mais dependentes da URSS, com a qual fazia 60% de suas trocas comerciais. O petróleo era importado da URSS a preços subsidiados. O colapso da URSS tornou inadimplente a economia búlgara

Fonte: (4:124)

Fig. nº 4

patrocinaram a reorganização do Japão, dentro dos moldes capitalistas, para contrabalançar a influência do bloco comunista na região do Pacífico. O avanço comunista no Extremo Oriente, refletido principalmente pela Revolução Chinesa (1949) e pela Guerra da Coréia (1950-1953), contribuiu para que o relacionamento entre os EUA e o Japão fosse alterado, passando o Japão da condição de inimigo vencido para a situação de principal aliado norte-americano na região. A partir de 1954, são retiradas do Japão as tropas norte-americanas de ocupação, conservando os EUA, contudo, uma série de bases militares estratégicas no Pacífico.

Verifiquemos as razões do acelerado crescimento econômico japonês, a partir do início da década de cinqüenta. O primeiro motivo que podemos identificar foi a explosão demográfica ocorrida entre 1945 e 1965, que duplicou a população japonesa, possibilitando a utilização de numerosa mão-de-obra a baixo salário, além da ampliação do mercado interno. A importação maciça de tecnologia estrangeira proporcionou a elevação do ritmo da produção. O investimento de capitais na produção teve origem nos grupos econômicos nipônicos; no Estado, por intermédio de créditos e incentivos fiscais; e pela afluência de capitais norte-americanos carreados em função das Guerras da Coréia e do Vietnã. O complexo militar-industrial norte-americano fixou várias subsidiárias em território japonês, como também associou-se às empresas japonesas a fim de atender as demandas de material para aqueles conflitos, passando o Japão a funcionar como base de apoio logístico para o esforço de guerra.

A política de desmilitarização favoreceu o desenvolvimento econômico, que nunca foi comprometido pelo desvio de verbas para gastos de defesa.

O crescimento industrial japonês possibilitou um enorme êxito comercial. O Japão é hoje uma nação de forte internacionalização econômica, ocupando espaços anteriormente sob o domínio norte-americano, não só nos campos industrial e tecnológico como também no financeiro. Assim, a estratégia do consumo tornou-se uma arte para o Japão. Com todas as suas matérias-primas vindo do exterior, precisa exportar mais do que importar, para manter saldo positivo na sua balança comercial. Sua tendência é a de um país que ingressou na era pós-industrial, com preponderância da "sociedade de serviços" e da "indústria do conhecimento".

A política industrial japonesa em relação aos países em desenvolvimento demonstra de forma insofismável essa nova tendência. Não podendo importar trabalho em sua ilha superpovoada, os japoneses exportaram fábricas e deixaram a cargo dos países de mão-de-obra barata (Tigres Asiáticos) os ramos industriais que exigem grandes contingentes de mão-de-obra, tais como o têxtil e o de componentes eletrônicos, enquanto se concentram nos campos de alta tecnologia e produtos de mecânica pesada (11:42).

O dinamismo comercial e tecnológico do Japão se irradia aos novos países industrializados da franja asiática (Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong, Malásia e Indonésia). Não podemos descartar a revolução econômica em curso na China e a sua reintegração paulatina à economia in

ternacional. Por outro lado, o intercâmbio comercial entre os EUA e a Bacia do Pacífico já ultrapassou o comércio norte-americano com a Europa Ocidental. Observa-se nos EUA uma grande reativação econômica em direção à costa Oeste, em torno da bacia do Pacífico. Essas constatações nos levam a refletir sobre a capital importância que vem assumindo a Bacia do Pacífico para a economia mundial, não se constituindo nenhum exagero o prognóstico de que, na virada do século, poderemos testemunhar uma transferência do centro de gravidade do comércio e da economia mundiais do oceano Atlântico para o Pacífico, à semelhança do ocorrido após as Grandes Navegações, quando o eixo da economia mundial se transferiu do Mediterrâneo para o Atlântico.

O Japão tornou-se o maior credor do mundo, sem perder terreno no campo da produtividade industrial. Não sendo prioritária a aplicação de recursos na área militar, vende todo tipo de produto para os EUA, obtendo um grande excedente comercial.

O Japão tem, levando-se em conta qualquer modelo, uma grande força militar, que conta com efetivos totais de duzentos e quarenta e seis mil homens (49:165). No período 1980 a 1988, excluindo-se as superpotências, o orçamento militar japonês foi relativamente o maior do mundo, além de possuir alto índice de crescimento (50:34).

O paradoxo japonês reside na sua relutância em não arcar com responsabilidade no campo internacional proporcional ao seu poder econômico. Adota a diplomacia do "talão de cheques", destinando ajuda financeira ao exterior, po-

rém, sem imiscuir-se em questões estrangeiras, parecendo não querer projeção internacional, a não ser no aspecto comercial. O Japão renunciou ao uso de todo armamento nuclear, sendo que as armas convencionais só serão empregadas em autodefesa. Mas, os problemas principais com a política de defesa do Japão são de atitude, de organização e de emprego de suas Forças Armadas, não de dimensionamento. O país finge que não tem política de defesa porque a sua constituição renunciou ao uso da força militar, além de proibir gastos acima de um por cento do Produto Interno Bruto (PIB), no orçamento de defesa. Há muito, os EUA criticam a não participação militar do Japão na cena internacional. Após uma verdadeira batalha parlamentar, que terminou com uma demissão em massa dos deputados socialistas, o Congresso japonês aprovou a lei que permite o envio de tropas ao exterior, pela primeira vez, desde a IIGM, em junho do ano em curso (25:14). Apesar de ressalva dessa lei de que os soldados japoneses só podem ser enviados para participar de forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), houve um certo temor dos países vizinhos do retorno de um militarismo japonês fora de controle da sociedade civil. Essa lei não deixa de ser o primeiro passo efetivo para uma maior afirmação do Japão no campo militar, que, como dissemos, resume-se tão somente a uma questão de vontade política do governo, para que o Japão se transforme rapidamente numa das maiores potências militares, coerente com o seu desenvolvimento econômico, social e industrial.

Ao término desses dois primeiros capítulos, comentamos

os episódios recentes que transformaram o mundo. Até pouco tempo atrás, talvez devido ao equilíbrio imposto pelo terror nuclear das duas superpotências, eram de baixa repercussão as manifestações de cunho nacionalista, racial, religiosa e cultural. Mas, com a desarticulação da esquerda, a ideologia fica em plano secundário, cedendo lugar a litígios envolvendo maiorias versus minorias, fortes que não respeitam fracos, ricos que não compartilham com pobres etc. Essas manifestações são cada vez mais freqüentes e materializadas pelo aumento dos miseráveis; pelo cerco e bombardeio de cidades (Iugoslávia); pelas guerras civis e secessões; pelo aumento do número de refugiados; pelos conflitos raciais em metrópoles do Primeiro Mundo (Los Angeles); pela recessão econômica; pelas soberanias desrespeitadas (recente decisão da Corte Suprema dos EUA respalda juridicamente ações do governo norte-americano em qualquer lugar do mundo, no combate a atos delituosos contra seus interesses). São, todos, episódios que, apesar de terem semelhança com fatos históricos do passado, se projetam sobre o nosso presente e futuro imediato. Não nos esqueçamos que os racismos e os nacionalismos europeus foram responsáveis, no período 1900 - 1945, por duas guerras mundiais, que mataram cinquenta milhões de pessoas. Nos quarenta e cinco anos subseqüentes (1945 - 1990), época da bipolaridade, foram reduzidos os conflitos envolvendo nações européias. Mas nos últimos dois anos, o número de vítimas de guerras civis, apenas no continente eurasiático, ultrapassou de vinte mil baixas. É em meio a esse confuso e violento

cenário, uma virtual desordem, que está sendo erigida a or
dem internacional, também conhecida como a nova ordem in-
ternacional.

CAPÍTULO 3

A OTAN: ASPECTOS PROSPECTIVOS

Os primórdios - A OTAN teve sua origem nas conseqüências da Segunda Guerra Mundial, como resposta do Ocidente ao expansionismo político - militar soviético na Europa. Planejada a recuperação econômica da Europa Ocidental, com a aplicação do Plano Marshall, a Leste, a URSS iniciava o processo de controlar os países da Europa Central e Oriental, mediante a tomada do poder pelo emprego da força e com o auxílio do PC. Sobrevêm a crise na Grécia (1947) e o bloqueio terrestre de Berlim (1948), fatos que contribuíram para que os EUA dessem como resposta à URSS, a criação, em 1949, de uma aliança político-militar dos países ocidentais, a OTAN, composta inicialmente por EUA, Canadá, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, França, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Portugal, Itália e Islândia, aos quais, posteriormente, aderiram Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental.

Em outras regiões, a ameaça comunista era combatida de forma semelhante, criando-se alianças político-militares, nos moldes da OTAN, congregando Estados da Ásia e até da Oceania.

A OTAN nasceu com o propósito de fornecer ajuda militar norte-americana aos Estados europeus, na hipótese de uma agressão soviética, podendo-se considerá-la como um desdobramento natural da "Doutrina Truman", proclamada em 1947, pelo presidente dos EUA, segundo a qual os norte-ame

7
ricos se posicionariam a favor das nações livres, que de
sejassem resistir às tentativas de dominação comunista. Os
estrategistas norte-americanos raciocinavam que a parte o-
cidental da Europa se constituiria na primeira linha de de
fesa dos EUA, contra o expansionismo da URSS.

A OTAN, durante todo o transcorrer da guerra ^Gfria ^F, foi
foco de atenções e submeteu-se a reorientações, passando por
diferentes concepções estratégicas, como: a contenção peri
férica, a retaliação maciça, a deterência e a resposta
flexível.

Algumas crises entre os países-membros merecem ser men
cionadas. O presidente francês, De Gaulle (1958-1969), sem
pre criticou a subserviência dos países da Europa Ociden
tal aos interesses americanos, em matéria de defesa. Tão
logo a França conseguiu um razoável poder dissuasório nu-
clear, afastou-se da estrutura militar da OTAN, culminando
em 1966 com o fechamento de todas as bases militares ameri
canas em seu território (27:383).

Podemos pois, afirmar que, desde os seus primórdios, a
OTAN foi o instrumento que aprofundou a divisão da Europa
em dois campos opostos, uma vez que apenas uma minoria de
países europeus não aderiu nem à Aliança Ocidental, nem ao
Pacto de Varsóvia (27:362). Ressalte-se que, somente em
1982, a Espanha tornou-se membro da Aliança (2:495).

Desempenho Recente - Em 1987, os países-membros da
OTAN, reunidos em Reikjavik, Islândia, acertaram medidas
de reorientação estratégica, fruto da política de abertura

da URSS, ao aprovarem a proposta de Opção Zero, apresentada por Gorbachev, que significava a retirada total dos mísseis de médio alcance da Europa.

Todavia, foi com a intensificação da democratização no Leste europeu que a OTAN iniciou, de maneira mais incisiva, a sua transformação. Precedendo a reunião da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), em novembro de 1990, os representantes dos países integrantes da OTAN reuniram-se com os representantes dos países do Pacto de Varsóvia e assinaram o Acordo de Forças Convencionais na Europa (FCE), que estipulava limites máximos para armas convencionais em território europeu, além de declararem taxativamente suas intenções de incentivarem a amizade e a cooperação (50:9).

Em julho de 1991, em Praga, foi assinado o protocolo de extinção do Pacto de Varsóvia (2:697) e, logo a seguir, em agosto, ocorre a fracassada tentativa de golpe na URSS. Foi sintomática a reação da Polônia, da Tcheco-Eslováquia e da Hungria, ao reivindicarem o seu ingresso na OTAN, pois, receavam uma reviravolta política em Moscou.

Em 1992, o advento da CEI traz novas variáveis para a OTAN. Já em fevereiro, o seu Secretário-Geral anuncia uma nova era de cooperação entre a Aliança Atlântica e a CEI, "para edificar uma nova Europa, livre do perigo de uma proliferação nuclear" (56:40).

Chegamos, assim, aos quarenta e três anos de existência da OTAN, com um cenário radicalmente mudado, em que a razão de sua existência — a ameaça de uma superpotência mi-

litar e dos países-membros do Pacto de Varsóvia — desapareceu, com a desestruturação dos regimes comunistas do Leste europeu. Por fim, a dissolução da URSS, liquidada de vez o maior temor da OTAN, sem que a poderosa aliança militar disparasse um só tiro.

Reorientações Futuras - Reunidos em novembro de 1991, em Roma (2:707), os Chefes de Estado e de Governo dos países que integram a OTAN discutiram uma agenda que versava sobre o redimensionamento dos seus recursos operacionais, o estabelecimento de novas bases para o relacionamento euro-atlântico e a busca de um novo conceito estratégico para a OTAN.

Há, por parte dos EUA, uma fundada preocupação com o futuro da Aliança, devido ao fim da ameaça soviética, o que poderia comprometer sua situação de liderança na OTAN, não descartando a possibilidade de sua fragmentação e consequente debilitamento.

A posição assumida pela França e outros países-membros necessita ser melhor explicada. Meses antes do encontro de Roma, o Presidente francês François Mitterrand e o Chanceler alemão Helmut Kohl anunciaram a formulação de uma nova política européia de defesa, baseada na criação de um contingente militar europeu (3:15). Essa proposta foi levada aos países-membros da União da Europa Ocidental (UEO) e da CEE, contando com apoio discreto da Espanha e da Bélgica. A UEO, instituída em 1948, tem por objetivo a coordenação da política de defesa dos países-membros e a cooperação em

outras áreas, sendo seus signatários os países que fazem parte da CEE, exceto Grécia, Irlanda e Dinamarca. A CEE, com seus doze países-membros, nunca desempenhou um papel militar; a iniciativa franco-alemã buscou o fortalecimento da UEO, na tentativa de torná-la o braço militar da CEE, uma espécie de Exército Pan-Europeu, com autonomia sobre a OTAN. Na reunião da CEE, em Maastrich, Países Baixos, em dezembro último, essa proposta não prosperou, ficando acordado que a UEO funcionaria como um elemento de ligação entre a CEE e a OTAN, preservando o papel dessa última.

Os EUA exortam os aliados europeus a assumirem maior responsabilidade militar e financeira na política comum de defesa da OTAN, mas, ao mesmo tempo, repudiam uma política européia independente nesse terreno. Segundo o General norte-americano John Galvin, Comandante Supremo da OTAN até o mês de abril passado, o fim da ameaça soviética não trouxe garantia de paz e estabilidade para a Europa, pois, outras forças perturbadoras avançaram para a linha de frente (29:14). Galvin estima que os EUA deverão manter cento e cinquenta mil soldados na Europa, como barreira contra tensões nacionalistas, provenientes dos países do Leste europeu, da Iugoslávia e das repúblicas da CEI. Não devemos esquecer que os EUA enfrentam problemas sociais e enormes déficits orçamentários, sendo elevados os custos de manutenção de suas tropas na Europa. Por que, então, subsidiar a defesa de países europeus ricos? Provavelmente, os interesses estratégicos norte-americanos impõem a necessidade da

OTAN permanecer proeminente na segurança européia, de forma a evitar a repetição do isolacionismo dos EUA, como o correu ao término da Grande Guerra, ao abandonar a Europa em instável situação política.

Outro passo importante, para a adaptação da OTAN aos novos tempos, foi dado em dezembro de 1991, ao ser discutida no âmbito do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, órgão de cúpula da OTAN, a integração de sua política de segurança com os "ex-inimigos" (os membros do extinto Pacto de Varsóvia, as repúblicas do Báltico, agora independentes, e as repúblicas da CEI). A OTAN pretende estabelecer cooperação com esses países em assuntos de defesa, incluindo estudos para a conversão de suas indústrias bélicas em produtoras de bens de consumo. O referido Conselho, ao incorporar esses novos membros, conta com trinta e cinco países, cujo objetivo principal é impedir a proliferação de conflitos nacionalistas (56:40). Assim, a área de influência da OTAN tende a se expandir. Entretanto, por paradoxal que possa parecer, apesar das reduções previstas em tropas e em equipamentos, o orçamento da OTAN, para o ano em curso, será maior, uma vez que, a recém-iniciada cooperação custa mais caro que o confronto (38:12).

Argumentos favoráveis à extinção da OTAN mencionam que sua obsolescência é provocada pela profunda transformação ocorrida em sua ameaça externa e pela incapacidade da Organização, em se reajustar à nova realidade. Contudo, essas alegações não são consistentes, conforme veremos a seguir.

No que tange a incapacidade da OTAN em se reajustar à

nova realidade, a simples verificação da série de iniciativas tomadas pela Aliança, desde 1987, já relatadas, comprovam a sua não pertinência. Ademais, deve-se compreender que a OTAN nunca atuou como uma aliança militar de nações díspares ou mesmo antagonistas, embora unidas. Desempenhou um papel de alta relevância na reconciliação de adversários tradicionais, como a França e a Alemanha, inibiu o neo-isolacionismo dos EUA, evoluiu para uma entidade política de nações idênticas, fomentou novos critérios de consultas e cooperação entre seus membros e contribuiu para a paz e a prosperidade da Europa Ocidental (53:5).

Pode-se supor que, no contexto atual, os europeus avaliem como reduzida a capacidade de qualquer ameaça aos seus interesses vitais. Por este motivo se sentem mais à vontade para contestar a liderança que os EUA impõem aos membros da OTAN. Essa discórdia, contudo, foi aparentemente contornada, ao término da reunião de cúpula ocorrida em novembro último, em Roma. Os EUA, nessa ocasião, apontaram o Reino Unido como membro exemplar, uma vez que, nunca negou-lhe o seu irrestrito apoio, ficando assegurada sua liderança, mas não com a mesma intensidade com que vinha sendo exercida.

Uma nova arquitetura de segurança européia começa a ser delineada, atribuindo-se à OTAN outras tarefas. Essa reformulação deverá estar condicionada ao novo cenário que se esboça no panorama mundial, decorrente de uma série de recentes acontecimentos, dentre os quais destacamos:

- o arrefecimento das tensões Leste-Oeste, onde a ideia

logia deixa de ser um aspecto central;

- os problemas no relacionamento Norte-Sul, caracterizado pelo crescente hiato econômico, social e tecnológico, entre países ricos e pobres;

- um cenário mundial controverso, ora apresentando tendência unipolar, ora dando mostras de multipolaridade;

- a emergência de novos pólos de poder, dotados de acentuado poderio econômico, como o Japão e a CEE;

- a peculiaridade da situação da Alemanha reunificada, verdadeira potência européia;

- as incertezas que permeiam os destinos da CEI;

- a situação dos países da Europa Central e Oriental, ainda passando por uma série de ajustes nos sistemas político e econômico;

- o ressurgimento de nacionalismos e de discórdias étnicas, principalmente nos Balcãs e no Cáucaso;

- a Guerra do Golfo Pérsico, na qual interesses econômicos europeus estiveram presentes;

- o processo de unificação da CEE, a "Europa dos Doze", com o término previsto para o final do corrente ano; e

- a existência de organismos internacionais, como a CSCE e a UEO, que ganham importância política.

É nesse complicado quadro que a OTAN assumirá novos rumos. Em princípio, dois caminhos podemos conceber para a OTAN:

- tornar-se o braço armado dos "Estados Unidos da Europa", a "Europa dos Doze", sem o cordão umbilical transatlântico (EUA e Canadá); ou

- tornar-se um sistema de segurança coletivo da Europa, harmonicamente estruturado com a CSCE e a UEO, formado por unidades de deslocamento rápido.

A primeira possibilidade tomou corpo em 22 de maio último, quando a França e a Alemanha assinaram um tratado que criou uma força militar conjunta, que deverá estar em condições operacionais em 1995. Na declaração conjunta, Mitterrand e Kohl afirmaram que o "Euro Corps" irá contribuir para reforçar a OTAN, possuindo três objetivos principais: a defesa européia, as missões humanitárias e operações de manutenção da paz (17:13). Assinalaram, ainda, que o compromisso principal será com a Europa, provavelmente sob a égide da UEO. Contudo, os EUA e a Grã-Bretanha, acham que se trata de uma tentativa de esvaziar a OTAN, no que foram apoiados pelos demais países-membros. Acreditamos que essa alternativa, a médio prazo, não obterá maiores êxitos, pois não conta com o apoio dos EUA e da Grã-Bretanha.

A segunda opção é mais aceitável, uma vez que expande a capacidade de atuação da OTAN, abrangendo toda a comunidade euro-atlântica, desde Vancouver até Vladivostok. Essa configuração, colocará a OTAN numa posição intermediária, sintonizada com as atribuições da CSCE, porém sem interferir com a UEO. Todavia, a adoção desse modelo passa por outras considerações, requerendo comentários.

A admissão dos países da Europa Central e Oriental, de imediato, ao seio da OTAN necessita um exame aprofundado, levando em conta:

- a expansão da fronteira de atuação da OTAN até a CEI

poderia provocar temores russos;

- uma radical mudança nos mecanismos internos da aliança;

- a falta de recursos financeiros para aumentar compromissos de defesa;

- as possíveis discordâncias entre os membros atuais da OTAN; e

- o possível envolvimento da OTAN em conflitos étnicos na Europa Central e Oriental.

A CSCE tem uma abrangência maior que a OTAN, pois, opina sobre questões de fronteiras, tensões étnicas, violações de direitos humanos, práticas antidemocráticas etc, mas é desprovida de poder militar.

A UEO, apesar de possuir uma estrutura militar inferior à da OTAN, tem nos seus estatutos a competência legal de intervir em crises fora da Europa, que afetem interesses vitais dos países-membros. O que inibe sua atuação é a desvinculação com os EUA e o Canadá.

Ao término da reunião da CSCE, em Paris, em novembro de 1990, Gorbachev apregoava o fim da OTAN, sobrepujada que seria pela CSCE. No entanto, a realidade é outra, pois, os fatos aconteceram muito rapidamente para a Europa, que permaneceu muito tempo em situação secundária, esmagada pela bipolaridade EUA-URSS. Arestas existem para um perfeito entendimento entre os Estados europeus. Sempre houve uma "Aliança Paralela" entre os EUA e a Grã-Bretanha, que incomoda os demais membros da OTAN. Não podemos descartar o ressurgimento de uma Grande Europa, centrada na Alemanha e na

Rússia. Dentro de uma perspectiva histórica, verificamos que, após duas guerras sangrentas para impedir a hegemonia dos povos germânicos na Europa, a França, a Grã-Bretanha e os EUA não podem anunciar que atingiram seus objetivos completamente.

É em meio ao difuso contexto apresentado, que se delinea a futura concepção estratégica, a ser adotada pela OTAN.

Apesar desse quadro, será razoável supor que, a médio prazo, a Aliança Atlântica será robustecida, assumindo as novas tarefas de garantir a paz e a estabilidade no continente eurasiático, consoante a segunda alternativa, anteriormente mencionada.

Ao encerrar, a prudência indica ser válido anunciar previsões, sem contudo, precisar as datas.

CAPÍTULO 4

O TERCEIRO MUNDO NO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL

Considerações iniciais - Os desníveis político, econômico e social entre os povos advêm de vários séculos. Contudo, nas épocas passadas, essas diferenciações eram aceitas de modo mais natural e menos chocante, uma vez que as técnicas de comunicações eram desprovidas de rápida propagação e de impacto.

Nessas condições, o europeu assumiu, em bases pretensamente científicas, não apenas o direito como também o dever de impor seus padrões civilizatórios e cristãos aos povos de outras etnias.

Dando um salto no tempo, vejamos como a situação evoluiu após a II GM. Com a cristalização do sistema bipolar de poder, assentado em fortes componentes ideológicos, surge um grupo de nações que pretende ficar alheio às duas influências então vigentes. Buscam uma terceira via, outras perspectivas no seu relacionamento internacional. Eram nações que acabavam de obter sua independência política dos antigos impérios coloniais europeus e que se localizavam na Ásia e na África.

Foi o demógrafo e economista francês Alfred Sauvy, no ano de 1950, que cunhou a expressão Terceiro Mundo, para designar os países que no plano político não estavam alinhados nem com o bloco capitalista nem com o bloco socialista (11:38). Posteriormente, essa expressão estendeu-se ao campo econômico, aplicada aos países atrasados ou subde

envolvidos.

Em 1955, representantes de vinte e nove países da Ásia e da África reuniram-se em Bandung (Indonésia) (43:186) para deliberarem sobre uma política comum anticolonialista e adotarem uma posição de neutralidade para com as duas superpotências. A idéia era criar uma terceira força, que tivesse peso específico no cenário internacional, sem participação nos contenciosos que envolviam Washington e Moscou. Configurava-se assim, o bloco dos não-alinhados, tendo como lema a "Unidade na Diversidade" (12:257).

O movimento desses países ganhou corpo e inúmeras outras conferências foram realizadas, com um temário predominantemente político, versando sobre: a "arapuca imperialista"; a igualdade de todas as raças e nações; a não-intervenção e a não-ingerência em assuntos internos de outros países; e a auto-determinação dos povos (12:257).

A princípio, essa nova postura nas relações internacionais, adotada pelo Terceiro Mundo, foi muito criticada pelas superpotências. Com o passar do tempo, entretanto, a URSS se aproximou da política terceiro-mundista, reconhecendo-a como necessária à paz e à coexistência pacífica, tornando-se sua principal beneficiária, pois, passa a influenciar politicamente esse grande número de nações.

Estabelece-se a competição entre as duas superpotências para o controle do Terceiro Mundo, de uma maneira pendular, alternando-se ora os EUA, ora a URSS, como pólos de influência dessas sociedades.

Atualmente, podemos enquadrar cerca de cento e cinqüen

ta países, correspondendo a quatro quintos da população mundial, na categoria de subdesenvolvidos (43:189), fazendo parte do denominado Sul. Existe uma hierarquização recente e consentânea para esses países que passaremos a mencionar (11:38). Em primeiro lugar despontam os países da franja asiática, de industrialização recente, com grande penetração nos mercados industrializados e absorvedores das novas tecnologias (exemplo: Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong). Em seguida assomam os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros semi-industrializados, com potencial considerável de exportações (exemplo: Brasil, México e Colômbia). Depois encontramos alguns países densamente povoados, com uma relação população-recursos desfavorável (exemplo: Índia e Paquistão). Finalmente surge um último grupo de países com um baixo desempenho econômico e social (exemplo: Bangladesh e países da África Central).

Os povos englobados como do Terceiro Mundo formam, sob os aspectos geográfico, demográfico, histórico e econômico, um grande mosaico de diferentes estampas e apresentam aspectos díspares, onde coexistem: zonas de estagnação, zonas de progresso econômico, densidade populacional elevada, regiões despovoadas, habitantes de cidades ultramodernas, aborígenes selvagens etc.

O movimento terceiro-mundista foi liderado principalmente pelos países da Ásia e da África. Os países da América Latina, apesar de terem uma cultura tão ocidental quanto a do Canadá, passaram a fazer parte do Terceiro Mundo,

devido principalmente aos baixos desempenhos econômicos.

O relacionamento atual entre o Primeiro e o Terceiro Mundo - O desenvolvimento tecnológico no campo das telecomunicações proporcionou a globalização da informação. Tal fato propiciou à opinião pública mundial conhecer mais amiúde a miséria que grassa em um elevado número de países. Si multaneamente, essa tecnologia, também disponível aos países pobres, permitiu ao Terceiro Mundo conhecer que o seu trabalho e os seus recursos naturais desempenhavam um papel decisivo na produção das riquezas dos países desenvolvidos. É a partir dessa constatação que os países subdesenvolvidos começaram a questionar as causas da má distribuição das riquezas no mundo e a formular reivindicações econômicas concretas, na Assembléia Geral da ONU, ao formarem o Grupo dos Setenta e Sete (G-77), atualmente contando com mais de cento e trinta países (11:35).

O fato mais significativo que marca o atual relacionamento entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos é o avanço da Revolução Científica e Tecnológica, evidenciado pelo progresso da engenharia genética, da química fina, da biotecnologia, da microeletrônica, da robótica, da telemática e das recentes formas de substituição e conservação de energia. Esses novos vetores tecnológicos possibilitam a drástica redução da variável "tempo" e um brusco aumento na velocidade das transformações. Hoje, a economia mundial corre em três trilhos bem distintos. No primeiro encontram-se os países detentores de alta tecnologia, per-

correndo essa trajetória em grande velocidade. No terceiro trilho, vamos encontrar países locomovendo-se com reduzida velocidade, devido a não terem acesso às novas tecnologias. Contudo, há um caminho intermediário entre essas duas vertentes, onde trafegam países que tentam embarcar no trilho veloz. A competição no campo econômico é uma luta travada entre os rápidos e os lentos; os "tigres" versus as "baleias" (6:7). Os primeiros conformaram suas economias para transitar no trilho rápido; já as "baleias", grandes e lentas, continuam no trilho intermediário, tentando uma reciclagem na sua economia, como, por exemplo, China, Brasil e Índia. Contudo, a transferência de tecnologia não é compartilhada livremente, uma vez que sua proliferação poderá acirrar a competição nos mercados internacionais, pois, possibilitaria aos subdesenvolvidos a redução dos custos de produção.

O cenário pós-industrial inibe o Terceiro Mundo de continuar aproveitando-se de duas vantagens fundamentais no seu relacionamento econômico internacional. Referimo-nos à disponibilidade de mão-de-obra e à relativa abundância de recursos naturais em seus territórios. A automação nas linhas de produção substitui a mão-de-obra humana, mesmo aquelas remuneradas com salários aviltados, o que tende a aumentar o desemprego. A disponibilidade de recursos naturais também é objeto de questionamento, devido ao emprego de novos materiais, em substituição às tradicionais matérias primas conhecidas.

Em suma, vivemos o limiar de uma nova era, onde o po-

der está intimamente associado à capacidade de domínio de novas formas do conhecimento humano, traduzido em eficiência.

Outras questões que envolvem o relacionamento Norte-Sul merecem ser comentadas, à luz do quadro atual.

Se, antes, a lógica imposta pela guerra fria incentivava a ascensão de países do Terceiro Mundo, mediante a obtenção de vantagens de um dos contendores (EUA ou URSS), às vezes de ambos, o quadro atual é mais complicado. O fim da guerra fria representou para o Terceiro Mundo perda de "status", devendo se subordinar às novas regras da convivência internacional.

A Guerra do Golfo, primeiro confronto militar importante pós-guerra fria, indicou a intenção do Norte desenvolvido em enquadrar o Terceiro Mundo, dentro de uma nova ótica política. O grande erro do Iraque foi o de continuar pensando o mundo a partir das realidades da guerra fria, quando esta já declinava. Após a vitória militar incontestável da coalizão liderada pelos EUA sobre o Iraque, ficou claro que o Norte não tolerará desafios provenientes do Sul, recorrendo à intervenção militar, sem nenhum pejo, caso necessária. A legitimidade para essas intervenções é obtida por resoluções do Conselho de Segurança da ONU, praticamente dominado pelos "Grandes".

Não deixa de ser sintomática a idéia recentemente lançada pelo Sr. Robert McNamara, ex-presidente do Banco Mundial, que apregoa o corte dos gastos militares das nações do Terceiro Mundo, em prol do desenvolvimento social (52:12).

Essa medida, caso implementada, comprometeria ainda mais a fraca capacidade de defesa dos países subdesenvolvidos, que seria compartilhada com a ONU.

Tenta-se assim, impor um novo conceito de segurança coletiva, em bases supranacionais, cabendo às Forças Armadas dos países subdesenvolvidos atuarem em outras tarefas, tais como: combate ao narcotráfico, repressão ao contrabando, guarda ecológica e, quando conveniente, "guarda pretoriana" do regime de governo instalado. Evidentemente que tais sugestões são inaceitáveis, apesar das grandes pressões exercidas para a sua viabilização, o que contribuiria para a extinção do combalido conceito de soberania nacional, tão afrontado no mundo subdesenvolvido.

O apoio a regimes democráticos é relativo, supondo-se que há um esforço por parte do Primeiro Mundo na manutenção da estabilidade política no Sul. O fulcro da questão é a manutenção de "status quo" condizente com os interesses do Norte, não sendo fundamental o regime político que respalda essa estabilidade (42:175). Exemplo claro foi dado em janeiro último na Argélia, quando um movimento militar abortou as eleições livres que colocaria no poder os fundamentalistas islâmicos. O apoio do mundo ocidental a esse movimento foi flagrante, não havendo tergiversações relativas ao seu cunho antidemocrático.

Outro crucial problema é a explosão demográfica em várias regiões do Terceiro Mundo, que obriga o Norte a tentar impedir o deslocamento do excedente populacional para o Primeiro Mundo. Muitos habitantes do Terceiro Mundo, em

busca de aceitáveis condições de vida, migram para o Norte com o intuito de ali competir no mercado de trabalho. As populações das nações ricas sentem-se ameaçadas com a "invasão dos "novos bárbaros" (42:48) e uma forte resistência está articulada para conter os imigrantes. Jean-Marie Le Pen, líder da direita francesa, advoga a repatriação pura e simples desses imigrantes. Os EUA estabeleceram na fronteira com o México, um rígido controle de entrada de estrangeiros em seu território, que equivale em eficácia ao recém-derrubado Muro de Berlim. O problema imigratório coloca em xeque, de forma evidente, a relação Norte-Sul, compelindo os desenvolvidos a encontrarem soluções para reduzir as hordas de miseráveis, cada vez maiores, que batem às suas portas.

A questão ecológica assume também, grau de elevada importância para os questionamentos Norte-Sul. Com base em recentes constatações científicas, os desenvolvidos pretendem arbitrar essa questão, a partir de uma política mundial emanada do Primeiro Mundo. Mesmo compreendendo a importância da questão ambiental para a humanidade, não é lícito aceitar passivamente imposições exógenas, sobre assunto de tal magnitude. A propósito, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), cuja agenda foi organizada no Primeiro Mundo. Os ecologistas firmaram o conceito de desenvolvimento sustentável, impondo novos parâmetros para a exploração dos recursos naturais, esquecendo-se que o Primeiro Mundo tem participação ativa no desequilíbrio do

ecossistema do planeta.

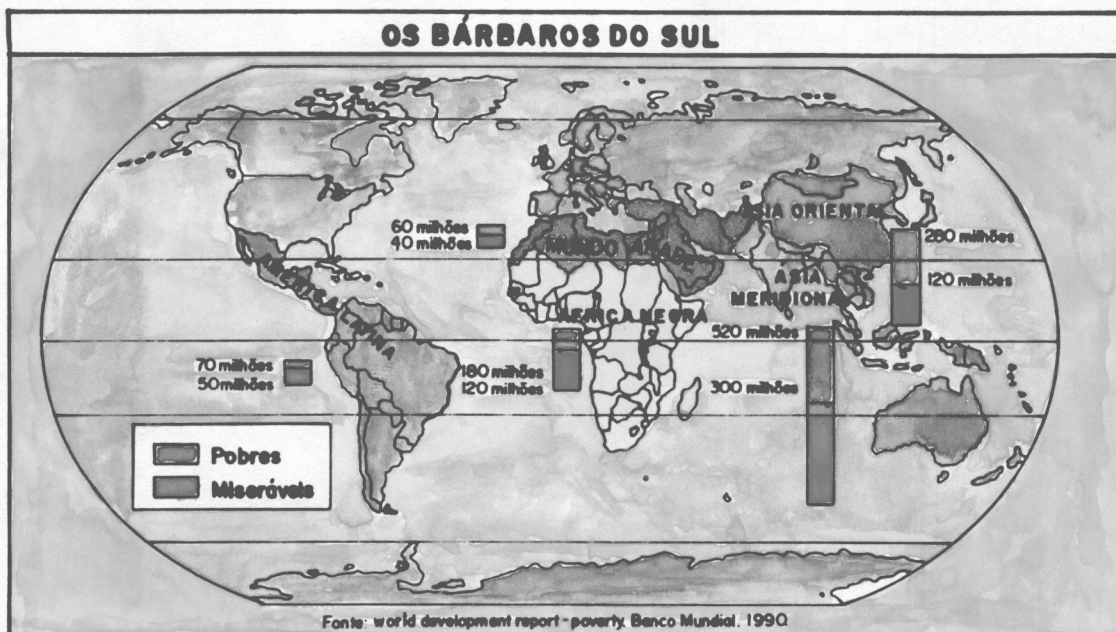
A maioria dos países do Terceiro Mundo debate-se com problemas de fome, educação, saúde, estrutura agrária atrasada, crescente endividamento externo, má infra-estrutura de transporte para a circulação de mercadorias etc., fatores contribuintes para degradar seu relacionamento com os desenvolvidos.

Apesar de tudo o que foi mencionado, o Terceiro Mundo representa papel chave no jogo de interesses mundiais. A ordem internacional em gestação não poderá ser montada ignorando-se quatro quintos dos habitantes do globo. O Sul é um imenso mercado consumidor e local para a aplicação de capitais excedentes, mantendo os desenvolvidos o interesse em investir seus excedentes financeiros no Terceiro Mundo, uma vez que os lucros são compensadores.

Em síntese, o atual problema do relacionamento Norte-Sul, insere-se em um quadro de rápidas transformações, no qual a confrontação ideológica perdeu a nitidez. Aquele mundo estável e dividido da guerra fria transformou-se num mundo imprevisível e multipolarizado.

A fronteira imaginada pelo Sr. Rufin (42:135), conforme a figura nº 5, ainda não se consolidou, tendo em vista que a cooperação internacional não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade fundamentada tanto no interesse, como na moral.

O Brasil e o Primeiro Mundo - Problemas internos conjugam-se com fatores externos, cuja resultante tende a nos



A linha de pobreza não é a linha do Equador. O Sul pobre invade o Norte geográfico. Todos os países do Sul são subdesenvolvidos, exceto a Austrália.

Fig. nº 5

direcionar para a periferia do sistema mundial, comprometendo nossa arrancada para o desenvolvimento. O cenário descrito no sub-título anterior, obviamente, é comum ao nosso país, razão pela qual, mostraremos a seguir as peculiaridades inerentes ao Brasil, em seu relacionamento com os países desenvolvidos.

O Brasil, entre os anos de 1930 a 1980, teve um crescimento econômico comparável ao de países desenvolvidos. Con seguimos galgar o patamar de oitava economia do mundo capitalista. Portanto, dentro dos parâmetros antigos, nosso país chegou a ser uma potência emergente, apesar da má redistribuição interna da renda nacional. Os problemas brasileiros agravaram-se no início dos anos oitenta, a chamada "década perdida", durante a qual tivemos um crescimento econômico próximo de zero. A partir de 1982, observou-se a inversão do fluxo de capitais de empréstimos e investimentos; paramos de recebê-los, devido à inflexibilidade na negociação da dívida externa, acarretando a retirada paulatina desses investimentos, e problemas com os nossos principais parceiros econômicos.

A atual realidade econômica mundial está calcada na competitividade. Assim sendo, é importante a permanente abordagem e reavaliação de temas relacionados com o papel do Estado, ciência e tecnologia, comércio exterior, educação, ecologia, custo do capital, infra-estrutura, relações trabalhistas, dentre outros tópicos, de forma a corrigir distorções (48:5).

O novo modelo de desenvolvimento econômico exige uma

rápida transformação da nossa matriz industrial, obrigando sua adaptação às novas vertentes da revolução tecnológica. País em desenvolvimento, de grande extensão territorial, o Brasil sofre bastante com o processo de reestruturação da economia mundial, devido à coexistência de métodos modernos e arcáicos na produção. A reconversão poderá acarretar a obsolescência do atual parque industrial, devido às dificuldades inerentes à transição, em face da dependência tecnológica. O cerceamento tecnológico aguça-se na área de tecnologias sensíveis, em especial a da informática e a nuclear, sob a alegação de que poderão se prestar a empreendimentos militares.

Comentaremos, a seguir, outros problemas no campo interno e no relacionamento externo, que inibem a alavancagem do nosso desenvolvimento.

Urge uma radical mudança nos modelos tradicionais do desmoralizado sistema educacional brasileiro, sendo imperioso investir em ciência e tecnologia em nossas universidades e centros de pesquisas, em busca de uma capacidade tecnológica própria.

Emerge, também, a questão da modernização do Estado, mediante a simplificação da sua máquina administrativa e a redução do seu poder de intervenção na economia. A solução adotada vem sendo a da privatização de empresas estatais, em setores onde a iniciativa privada tem capacidade adequada de gerenciamento. É importante, contudo, a presença do Estado como elemento regulador do mercado.

No campo político interno é necessária a consolidação

de uma estável democracia pluripartidária e representativa, que nos permita alcançar um equilibrado desenvolvimento econômico-social, objetivando condições de atingir externamente, um nível adequado no relacionamento com os países desenvolvidos.

A ação diplomática é imprescindível, ao criar meios para o estabelecimento de relações não-confrontacionais com os atores da cena internacional. É necessário um sistema comercial mais livre e aberto, uma vez que, a auto-suficiência em todos os setores da economia é uma ilusão. Assim, os Estados alcançam seus objetivos de assegurar prosperidade e bem-estar a seus habitantes, através da integração no comércio e na economia internacional. O Brasil precisa desenvolver a sua vocação externa, dando ênfase a ação econômica-comercial. São recomendáveis ações políticas para o comércio exterior, que contornem protecionismos e barreiras alfandegárias, permitindo o acesso aos megablocos econômicos em formação. Para tal é impositivo reformular a anacrônica organização dos nossos portos, fundamental para o crescimento do intercâmbio comercial com o exterior.

Inserido em um contexto geográfico à margem de focos de tensões regionais, em paz com seus vizinhos, o Brasil não tem razões concretas para desenvolver uma política de poder. As ameaças à soberania nacional e ao nosso desenvolvimento são sutis e provenientes, em grande parte, do nosso fraco desempenho econômico. É nesse terreno, portanto, que temos de enfrentar esses óbices, buscando eficiência e competitividade em nossa economia. Frisamos, todavia, que a

não implementação de uma política de poder, não descarta a existência de Forças Armadas operacionalmente aptas.

Em resumo, nossos principais problemas externos denominam-se: acesso às novas tecnologias; levantamento de créditos junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Grupo dos Sete (G-7), Clube de Paris e bancos privados e governamentais do Primeiro Mundo; e protecionismos contra as exportações brasileiras.

Novas perspectivas aparecem com a criação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), com a participação do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando a integração econômica desses países, mediante uma área de livre comércio. Aberto aos demais países da América do Sul, trata-se de um passo histórico no caminho da integração econômica crescente e unificada do continente sulamericano. Essa integração poderá ainda nos favorecer, proporcionando o tão almejado acesso ao Pacífico, atualmente, o mais promissor cenário de intercâmbio do comércio internacional.

A reaproximação com os países da África e Oriente Médio nos interessa, pois são mercados que podem mais facilmente absorver nossos produtos e serviços, em comparação com os oferecidos por países de tecnologias avançadas, às vezes de difícil assimilação por parte dos subdesenvolvidos. Vale ressaltar que provêm do Terceiro Mundo nossas importações de petróleo, o que aumenta a importância do nosso bom relacionamento em nível político-econômico com esses países. A cooperação em diferentes áreas com os subde-

envolvidos não pode ser relegada a plano secundário, uma vez que, existem áreas de interesses convergentes para o equacionamento de problemas específicos, inerentes às civilizações tropicais. A dita vulnerabilidade da nossa Amazônia é exemplo perfeito, que poderá se transformar em fator de força, graças à biodiversidade abundante em suas florestas (6:11). O texto do Tratado da Biodiversidade, de junho do corrente ano, prevê o acesso dos países, onde se encontra essa biodiversidade, às tecnologias modernas e às informações recolhidas. Contudo, os EUA mostram-se relutantes em transferir essa tecnologia e recursos financeiros, optando até o momento pela não adesão ao Tratado.

Apesar dos óbices mencionados, o Brasil encontra-se na aquela posição intermediária, tentando embarcar na senda veloz, por onde fluem as economias dos países desenvolvidos. O nosso passado recente é testemunha ^{de} que temos potencial para enfrentar esses desafios. Como fatores positivos podemos enumerar: vasto território; grande contingente populacional; um sistema industrial de certa envergadura; uma complexa agroindústria, geradora de alimentos e energia; relativa disponibilidade de recursos naturais etc.. São evidentes, portanto, as credenciais brasileiras para se tornar um dos principais interlocutores do Sul nos fóruns internacionais.

A afirmação brasileira perante o Primeiro Mundo, no entanto, depende da criação de um cenário favorável à remoção dos obstáculos internos e externos, que impedem o saneamento econômico e social do país e postergam a retomada

do desenvolvimento. Para a consolidação dessa meta urge um entendimento político, com a participação de todos os segmentos representativos da Sociedade e do Estado, discutindo-se um projeto nacional democrático, que proporcionará nossa inserção soberana no quadro internacional, como parceiro de primeira grandeza.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

Uma vez mais, a humanidade está a refletir sobre os seus destinos, procurando novos parâmetros que balizem a convivência entre os povos. Em geral, essa situação repete-se após importantes acontecimentos, que demarcam novos tempos históricos. Mercê dos episódios ocorridos na década recém terminada, delinea-se a moderna ordem internacional, plena de novas variáveis.

As reformas encetadas por Gorbachev, a partir de 1985, na URSS, que no fundo buscava um aperfeiçoamento para o socialismo real, implodiu ^{na} o "Império Soviético", levando de roldão os seus tradicionais aliados do Leste europeu. Esse desmoronamento teve a peculiaridade de haver ocorrido por causa de problemas internos ao país, sem coerções violentas provenientes de adversários externos. Provavelmente o equilíbrio do terror nuclear não permitiu um desenlace marcado por guerra generalizada, como sói acontecer na desagregação de grandes impérios.

Mais marcante ainda, a dissolução da URSS trouxe à tona a dúvida sobre a validade de uma doutrina que, supostamente, resgataria a pobreza, as injustiças e as desigualdades sociais. Portanto, o chamado socialismo real encontra-se numa verdadeira crise de identidade, apesar dos teóricos indicarem fórmulas diferentes para a sua prática, como acontece em outros países, como por exemplo, a China.

Emitidos os primeiros sinais em Moscou, a matriz do

bloco socialista, o Leste europeu antecipou-se e, como na teoria do dominô, banuiu um a um os regimes socialistas ali exercitados, rompendo-se definitivamente o sistema bipolar de poder, anteriormente comprometido no campo político-econômico.

A reunificação da Alemanha, uma potência no coração da Europa, o desmantelamento da superpotência militar soviética, o ressurgimento dos nacionalismos e o crescente hiato entre ricos e pobres obrigam os estrategistas militares a repensarem as novas ameaças.

Concomitantemente, no Extremo Oriente, a potência econômica pós-industrial, o Japão, move-se no sentido de equiparar seu poderio econômico com uma projeção internacional condizente no campo político-militar.

A autonomia do Leste europeu em conjunto com o desabamento da URSS e a extinção do Pacto de Varsóvia colocaram em xeque a finalidade da OTAN, que sinaliza com novas concepções estratégicas, provavelmente assumindo diferentes tarefas, em área mais extensa (continente eurasiático), tornando-se um sistema de segurança coletivo, harmonicamente estruturado com a CSCE e a UEO.

O Terceiro Mundo sofre com os novos ditames da ordem internacional, uma vez que, a extinção da bipolaridade não mais consente a postura pendular. Destarte, há uma clara perda de "status" das nações em desenvolvimento, mormente em função da revolução científica e tecnológica em curso, que aceleradamente aumenta a distância entre o Norte (rico) e o Sul (pobre). Se antes era penoso o diálogo Norte-

Sul, atualmente, sem a peleja Leste-Oeste, da qual o Sul recolhia alguns dividendos, existe uma tendência para uma confrontação perigosa, à medida que novos ingredientes estão em jogo, como por exemplo: missão das Forças Armadas, conceito de soberania, regime de governo, explosão demográfica, questões ecológicas e crescente fosso econômico.

Em meio a esse complicado quadro internacional, o Brasil mantém suas esperanças de ascender ao patamar do mundo desenvolvido, a partir da remoção de obstáculos internos e externos que postergam a retomada do seu desenvolvimento. A inserção brasileira no Primeiro Mundo está condicionada a uma série de fatores, dentre os quais destacamos: a modernização do Estado, o acesso às novas tecnologias, a reforma do sistema educacional, o investimento em pesquisa, a consolidação de uma estável democracia e adequadas ações de política externa, que otimizem o nosso relacionamento econômico com os principais parceiros, além do encaminhamento da solução de problemas financeiros, junto aos credores internacionais.

Com a retomada do desenvolvimento econômico, o Brasil embarcará no trilho veloz por onde trafegam as economias do Primeiro Mundo, tornando-se importante ator na cena internacional.



BIBLIOGRAFIA

1. ADORNATO, Ferdinando. A esquerda não morreu. Isto é Se-
nhor, São Paulo, (1159):5-7, dez. 1991. Entrevista
de Norberto Bobbio.
2. ALMANAQUE ABRIL 1992. São Paulo, Abril, 1992.
3. ARAÚJO NETO. França sai isolada da reunião da OTAN. Jor-
nal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 nov. 1991. p. 15.
4. ARBEX JR., José. A segunda morte de Lênin. São Paulo,
Folha de São Paulo, 1991.
5. BATISTA, Paulo Nogueira. A entrada no Primeiro Mundo.
Veja, São Paulo, p.94, 17 abr. 1991.
6. BECKER, Berta K. Significado geopolítico da Amazônia.
Rio de Janeiro, s. ed., 1992. Conferência proferida
na EGN, em 15 abr. 1992.
7. BERGSTEN, Fred et alii. O Brasil e a nova ordem inter-
nacional. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1991.
8. BRENER, Jayme. Leste Europeu - A Revolução Democrática.
2. ed. São Paulo, Atual, 1991.
9. BUTSON; Thomas. Gorbachev. São Paulo, Nova Cultural,
1990.
10. CAMPOS, Roberto. Guia para os perplexos. Rio de Janei-
ro, Nórdica, 1988.
11. _____. Além do Cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro, Record,
1985.
12. CARVALHO, Delgado de. Relações Internacionais. Rio de
Janeiro, BIBLIX, 1971.
13. CASTRO, Therezinha de. África: geohistória, geopolítica
e relações internacionais. Rio de Janeiro, Freitas
Bastos, 1979.
14. EMMOTT, Bill. O sol também se põe. Trad. Sônia Régis.
São Paulo, Siciliano, 1992.
15. FERNANDES, Luís. URSS - ascensão e queda. São Paulo, A
nita Garibaldi, 1991.
16. FONSECA JÚNIOR, Gelson. Aspectos da Multipolaridade con-
temporânea. Contexto Internacional. Rio de Janeiro,
(11):7-32, Jan/jun/1990.

17. FRANÇA e Alemanha criam nova força militar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 maio 1992. p. 13.
18. GALBRAITH, John Kenneth. Nova ordem exige o fim de desigualdade. O Globo, Rio de Janeiro, 27 out. 1991. p. 42. Entrevista no Clube Nacional de Imprensa em Washington.
19. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. Galeno de Freitas. 29. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
20. GASPARI, Elio. A segunda revolução. Veja, São Paulo, (1191):24-47, 17 jul. 1991.
21. GEORGE, Pierre. Panorama do mundo atual. Trad. Pedro de Alcântara Figueira. 6. ed. rev. São Paulo: Difel, s.d.
22. GORBACHEV, Mikhail. Perestroika. Trad. J. Alexandre. 10. ed. São Paulo, Best Seller, 1987.
23. HALBERSTAM, David. O próximo século. Trad. Waltenoir Dutra. Rio de Janeiro, Campos, 1992.
24. ISHIHARA, Shintaro. O Japão que sabe dizer não. Trad. Raul de Sá Barbosa. 3. ed. São Paulo, Siciliano, 1991.
25. JAPÃO aprova envio de tropas ao exterior. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 jun. 1992, p. 14.
26. KEMPSTER, Norman. Luta étnica ameaça mudar mapa europeu. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 jul. 1992. p. 23. Tradução artigo Los Angeles Times.
27. KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. 5. ed. Rio de Janeiro, Campos, 1989.
28. KRAUZE, Jan. Leste europeu constrói novas alianças em meio a conflitos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 mar. 1992. p. 7. Tradução artigo Le Monde.
29. LANCASTER, John. O amigo americano. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 nov. 1991. p. 14. Tradução artigo The Washington Post.
30. LELLOUCHE, Pierre. Le nouveau monde. De l'ordre de Yalta au désordre des nations. Paris, Grasset, 1992.
31. MENDES, Gilmar Ferreira et alii. Manual de redação da Presidência da República. Brasília, Imprensa Nacional, 1991.

32. MICHAELLES, Kristina. Terra terá 10 bilhões de habitantes em 2050. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 abr. 1992. p.7.
33. NINA, Marcelo Della. O Mercosul não é a solução. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 abr. 1992. Caderno idéias, p. 10.
34. _____. O mundo pode ficar mais perigoso. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 abr. 1992. Caderno idéias, p. 11.
35. NOGUEIRA, Fernando. A arquitetura da segurança européia - O papel do Eurogrupo. Notícias da OTAN, Bruxelas (3):3-9, ago. 1991.
36. PAOLIELLO, João Baptista. Fim da guerra no Golfo: o pressuposto de paz. Rio de Janeiro, EGN, 1992. Aula inaugural do ano letivo na EGN em 6 mar. 1992.
37. PARKS, Michael. A Rússia acima de todos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 dez. 1991. p. 12.
38. PINHEIRO, João de Deus. A arquitetura da segurança européia - As ligações transatlânticas continuam indispensáveis. Notícias da OTAN, Bruxelas (1):11-14, mar. 1991.
39. RANGEL, Carlos. O ocidente e o Terceiro Mundo. Trad. Clecy Ribeiro. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.
40. RECENA, Luiz. O PC Soviético vai voltar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 out. 1991. p. 12. Entrevista Yegor Ligachev.
41. ROWE, Trevor. ONU quer forças armadas para ações de emergência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 jun. 1992. p. 9. Tradução artigo The Washington Post.
42. RUFIN, Jean-Christophe. O império e os novos bárbaros. Trad. André Amado. Rio de Janeiro, Record, 1992.
43. SCALZARETTO, Ronaldo. Nova geopolítica. São Paulo, Scipione, 1992.
44. SILVA, Michael & SJÖGREN, Bertil. Europa 1992. Trad. Sara R. Gedanke. São Paulo, Makron Books, 1992.
45. SIMPÓSIO O LABIRINTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO MUNDIAL: OS RUMOS BRASILEIROS, Rio de Janeiro, 1992. O labirinto Político-Estratégico Mundial... Rio de Janeiro, EGN, 1992.

46. SOLJENITSIN, Alexandre. Como reorganizar a nossa Rússia? Trad. Denise Rangê Barreto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
47. STANFORD, Peter. Nato must go. Proceedings. Annapolis, md., 117:36-40, mar. 1991.
48. THEISEN, Gerhard Josepy. A Conjuntura Econômica. Porto Alegre, s. ed., 1992. Palestra proferida na FIERGS, em 22 maio 1992.
49. THE MILITARY Balance, 1991-1992. London, IISS, 1992.
50. VIDIGAL, Armando A. F. O Brasil e a nova ordem mundial. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1991.
51. _____. Guerra do golfo-análise e lições. Rio de Janeiro, 1992. Palestra proferida no Clube Naval em 11 mar. 1992.
52. _____. A força da América Latina integrada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 maio 1992. Caderno Ideias, p. 12.
53. WÖERNER, Manfred. A Aliança Atlântica numa nova era. Notícias da OTAN. Bruxelas, (1):3-10, mar. 1991.
54. _____. Europe-the security dimension - NATO's changing role in a new security order. International Defense Review, :751-65, July 1991.
55. WRIGHT, Robin. Contradições emperram "nova ordem mundial" de Bush. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 jun. 1991. p. 20. Tradução artigo Los Angeles Times.
56. YANAKIEW, Mônica. Pobreza é a nova ameaça mundial. O Globo, Rio de Janeiro, 29 mar. 1992, p. 40. Entrevista Manfred Wöerner, Secretário Geral da OTAN.
57. ZAPPA, Regina. Socialista luta contra corrente e mantém ideal. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 set. 1991. p. 8.

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO
NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA

20 MAI 1993	17 JUN 1997		
29 MAI 1993			
12 JUN 1993	19 JUL 1998		
04 SET 1993			
22 DEZ 1993			
18 MAR 1994			
17 MAI 1994			
31 MAI 1994			
17 JUN 1994			
06 ABR 1995			
7 MAR 1996			
24 ABR 1996			
03 MAI 1996			
15 MAI 1996			
01 NOV 1996			



00100460003473

A Ordem internacional

6-E-8

Sampaio, João Alberto Sant#Ann
a

A ordem internacional

TÍTULO

6-E-8

DEVOLVER NOME LEIT. (3473/93)

20 MAI 1993	CMC/PURA
29 MAI 1993	Renovado
12 JUN 1993	Assos Fed(12)
04 SET 1993	CMIS/COV
04 SET 1993	

Sampaio, João Alberto Sant#Ann
a

A ordem internacional

6-E-8

(3473/93)

Sampaio, João Alberto Sant#Ann
a

A ordem internacional

TITULO

6-E-8

DEVOLVER NOME LEIT. (3473/93)

20 MAI 1993	CMGURA
29 MAI 1993	RENOVADO
12 JUN 1993	ASSO < PCC(121)
04 SET 1993	CCMISCON
04 SET 1993	
22 DEZ 1993	CC(111) Roberto de Oliveira
18 MAR 1994	CMG FAYAD
27 ABR 1994	RENOVADO
04 MAI 1994	CC TILÓDO
17 MAI 1994	CMG FAYAD
27 MAI 1994	CB-AZALORE PI EALR - ESB
31 MAI 1994	UBINAJANG
17 JUN 1994	CC LEMOS
	CMG Wellington

RETIROU EM

NOME DO LEITOR

CC ZAMITH

06 ABR 1995

Jellyfish CMB MAX

7 MAR 1996

CC PERICLES

24 ABR 1996

CC OLIVIERI ofing

03 MAI 1996

CC JORGE ALEXANDRE

01 NOV 1996

CF DOUGLAS

17 JUN 1997

CC JORGE ALEXANDRE

19 JUL 1998

CC (IM) ODAIR